

# AS FALHAS NA POLÍTICA MACROECONÔMICA: UMA CONTRIBUIÇÃO INSTITUCIONALISTA

*HERTON CASTIGLIONI LOPES<sup>1</sup>*

## Resumo

Esse trabalho apresenta o objetivo de contribuir para explicar as falhas das políticas macroeconômicas através de um enfoque institucionalista. Busca demonstrar que erro básico de seus formuladores consiste em transferir os pressupostos da micro à macroeconômica sem considerar o conceito de instituições. Em um segundo momento, o artigo observa que Keynes e os Pós-Keynesianos compreenderam esse problema, formulando conceitos muito semelhantes à interpretação dos institucionalistas, embora sem fazer referência a tal pensamento. Em algumas das idéias centrais de Keynes presentes na Teoria Geral é possível confirmar tal hipótese.

**Palavras-Chave:** Instituições; Política Macroeconômica; Keynes.

## Abstract

This work has the objective of contributing to explain the failures of macroeconomic policies through an institutionalist approach. Seeks to show that basic error of their formulators is to transfer the micro to the macro-economic assumptions without considering the concept of institutions. In a second step, the article notes that Keynes and the Post-Keynesians understand this problem, formulating concepts very

similar to the interpretation of the institutionalists, though without reference to such thinking. In some of the central ideas of Keynes in the General Theory gifts you can confirm this hypothesis.

**Keywords:** Institutions, Macroeconomic Policy; Keynes.

**JEL:** E60; E02; E12.

Economic history is a depressing tale of miscalculation leading to famine, starvation, defeat in warfare, death, economic stagnation and decline, and indeed the disappearance of entire civilizations (NORTH, 2005, p. 07).

## 1. Introdução

Quando formuladas e implementadas, as políticas macroeconômicas apresentam objetivos específicos que

normalmente estão relacionados ao crescimento ou desenvolvimento econômicos. Contudo, a história do capitalismo<sup>2</sup> está repleta de políticas que acabam por não atingir os objetivos esperados. Por que as políticas falham? O problema está relacionado aos formuladores de políticas macroeconômicas ou aos agentes, que interpretam de forma equivocada as ações das autoridades? Como os “antigos” institucionalistas podem auxiliar na compreensão desse problema? Ao revolucionar a teoria econômica, durante os anos 30, Keynes compreendeu o que estava errado?

Essas são algumas perguntas que esse trabalho se propõe a responder. Admite-se aqui que o problema básico está em não considerar aspectos presentes no pensamento institucionalista. Mais precisamente, os formuladores de políticas macroeconômicas pouco consideram o

<sup>1</sup> Doutor em Economia. Professor Adjunto. Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) E-mail: [herton.lopes@uffs.edu.br](mailto:herton.lopes@uffs.edu.br)

<sup>2</sup> Em contexto mundial podemos citar a Grande Depressão dos anos 30. A instabilidade presente no entre guerras foi, em grande parte, influenciada pelas tentativas de reconstrução do Padrão-Ouro em um contexto econômico que não era mais o mesmo que se observara no período liberal (1870-1914). As autoridades dos países desenvolvidos, em especial da Inglaterra e E.U.A, insistiam na reconstrução do Padrão-Ouro como forma de manter a estabilidade das finanças internacionais. Mas, as instituições não eram as mesmas e as políticas de reconstrução falharam uma após a outra [ver Eichengreen (1996) e Polany (2000)]. No Brasil, podemos mencionar as diversas tentativas fracassadas de controle da inflação nos períodos anteriores ao Plano Real, assim como as inúmeras políticas de desenvolvimento implantadas ao longo da nossa história e que não tiveram o êxito esperado.



conceito de instituições e acreditam que os indivíduos apresentarão comportamento semelhante ao que prega o ideário tradicional. Esse consiste no erro básico das políticas macroeconômicas: extrapolar pressupostos microeconômicos para macroeconomia, sem considerar a influência das instituições no comportamento individual. O objetivo central do trabalho, portanto, é encontrar uma explicação para as ineficiências das políticas macroeconômicas via conceito de instituições. Em especial, para atingir essa meta, é utilizada a concepção de instituições dos “antigos” institucionalistas, pois as idéias de Veblen, Commons e Mitchell apresentam aspectos convergentes na explicação do problema.

Avançando-se um pouco além do objetivo principal, procura-se demonstrar que Keynes e os Pós-Keynesianos entenderam que a macroeconomia não pode ser considerada uma simples extrapolação da micro. O rompimento de Keynes com a teoria dominante na época da Grande Depressão é a prova definitiva dessa afirmação. Não obstante, é possível afirmar, no que diz respeito às políticas macroeconômicas, que Keynes e os Pós-Keynesianos apresentam algumas similaridades fundamentais com o pensamento institucionalista.

Dessa forma, além desta introdução, o item 2 procura demonstrar o equívoco incorrido pela macroeconomia, ao desconsiderar o conceito de instituições quando da formulação das políticas macroeconômicas. Em seguida enfatiza-se como o conceito de instituições pode ser útil na transição de um ambiente microeconômico, com instituições e indivíduos, para um ambiente macroeconômico, onde os fenômenos, muitas vezes, atingem características distintas do esperado (item 3). Procura-se, assim, apresentar o conceito de instituições nos antigos institucionalistas, da mesma forma em que se propõe um conceito que auxilie na análise das políticas econômicas. No item 4

procura-se demonstrar que Keynes e os Pós-Keynesianos entenderam que o campo macroeconômico é uma unidade autônoma de análise e que o sucesso das políticas depende dessa interpretação. O item 5 apresenta a convergência de pensamento entre os antigos institucionalistas e os Pós-Keynesianos, especialmente os aspectos que auxiliam na compreensão das políticas macroeconômicas. Em seguida apresentam-se as relações entre políticas macroeconômicas, instituições e desempenho econômico (item 6). Por fim, têm-se as considerações finais (item 7).

### **Os Neoclássicos e as Políticas Macroeconômicas**

O equívoco de interpretação da economia neoclássica, cujas propostas consistem em propor uma transição da micro para macroeconomia como se essa última fosse apenas uma extrapolação da primeira para o nível agregado, é aspecto principal para dar início a análise institucionalista das falhas nas políticas macroeconômicas. Portanto, a idéia desse item é apresentar os pressupostos fundamentais do pensamento neoclássico e que serão veementemente criticados pelos antigos institucionalistas e mesmo pelos Pós-Keynesianos.

No final do século XIX e início do século XX observamos a supremacia do que hoje é conhecido como escola neoclássica de pensamento. Mais especificamente, um triunfo do liberalismo econômico. No entanto, com a Grande Depressão dos anos 30, o pensamento liberal entra em crise e o Keynesianismo nasce com recomendações de políticas consideradas as mais adequadas para conduzir o sistema econômico. Após o sucesso da Teoria Geral nas suas propostas e diagnósticos para recuperação da economia mundial no período Pós-Guerra a teoria convencional perde

espaço para estudos que pregavam a necessidade de intervenção Estatal e regulação do capitalismo.

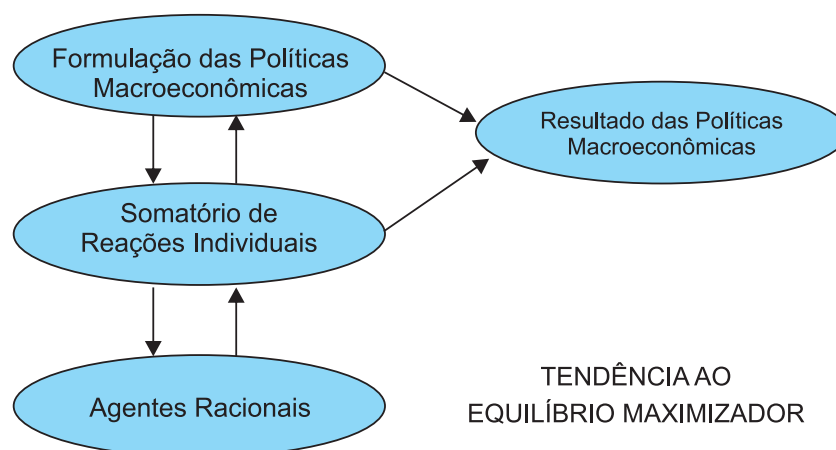
O Keynesianismo predominou por um período relativamente curto de tempo. Nas décadas de 80 e 90 o liberalismo econômico e os pressupostos neoclássicos voltaram a ganhar espaço na ciência econômica. Seu retorno coincide com as idéias conservadoras de Ronald Reagan nos E.U.A. e Margaret Thatcher na Inglaterra, que impulsionaram o fenômeno da globalização financeira, intensificado nos dias atuais (SNOWDON; VANE, 2005). Nesse contexto emerge o consenso macroeconômico, que procurava sintetizar os elementos comuns tanto ao modelo clássico como Keynesiano, mas apresentava como problema o fato das expectativas e a incerteza, fundamentais ao pensamento Keynesiano (e Pós-Keynesiano), serem deixadas em segundo plano. A questão fundamental na discussão sobre a eficácia das políticas macroeconômicas está, sob o ponto de vista desse trabalho, nos pressupostos quanto ao comportamento dos indivíduos nas visões clássica ou neoclássica. Essa concepção é fortemente questionada pelos seguidores dos antigos institucionalistas e são apresentadas a seguir.

1º) A concepção de indivíduo: a economia neoclássica insiste em tratar os indivíduos como dotados de uma racionalidade substantiva. Ao adotarem tal pressuposto acabam por aceitar a idéia de que os agentes são maximizadores, ou seja, suas ações são movidas pela necessidade de maximizar o “prazer” e minimizar a “dor”. O individualismo metodológico<sup>3</sup> proposto nessa análise implica uma exclusão da diversidade. Sendo os indivíduos homogêneos e dotados de racionalidade substantiva, seu comportamento pode ser previsto diante das políticas econômicas.

<sup>3</sup> O individualismo metodológico é definido por Elster como “a doutrina em que todos os fenômenos sociais (sua estrutura e sua mudança) são explicáveis apenas em termos dos indivíduos - as suas propriedades, metas e crenças” (ELSTER, 1982, p. 453, apud HODGSON, 1999).

“ O que hoje é mais conhecido como “velho” institucionalismo refere-se à concepção original de instituições que penetrou no campo de estudo econômico na década de 20,... ”

Figura 1 - Políticas Macroeconômicas na Visão Ortodoxa



2º) Reduccionismo: o “reduccionismo” pode ser definido como uma abordagem em que todos os aspectos de um fenômeno complexo devem ser explicados em termos de um nível, ou um tipo de unidade (HODGSON, 1999)<sup>4</sup>. Reduzindo-se os fenômenos econômicos ao nível dos indivíduos e adotando-se a idéia de que os mesmos são maximizadores temos a receita para uma “boa” política macroeconômica. Em outras palavras, a macroeconomia é simplesmente uma soma da micro, sem aspectos qualitativos ou quantitativos que a diferenciem<sup>5</sup>.

3º) Expectativas: se os indivíduos são dotados de racionalidade substantiva, suas expectativas com relação ao futuro estão sempre precisas, ou seja, não existe incerteza. Seguindo a linha do que pregam os adeptos da teoria das expectativas racionais, os agentes são capazes de prever com exatidão o futuro e, assim, adotar ações maximizadoras.

Diante de tais idéias, as políticas macroeconômicas e seu êxito dependem fundamentalmente das reações individuais. Ao supor indivíduos racionais, adotar o reduccionismo e ausência de incerteza, temos a seguinte configuração para os efeitos de uma política macroeconômica sobre os agentes e, portanto, determinantes da sua eficiência.

Enfim, podemos concluir que as políticas macroeconômicas são elaboradas esperando-se determinado comportamento dos indivíduos. Como na teoria econômica convencional os agentes assumem comportamentos já esperados, as políticas macroeconômicas surtem os efeitos previstos pelas autoridades. No pensamento ortodoxo mais radical, sequer é possível elaborar políticas macroeconômicas que realmente impactem no nível de emprego e renda, já que os indivíduos são perfeitamente capazes de antecipar seu resultado. Contudo, a visão apresentada nesse artigo contempla a idéia de que as políticas não são de forma alguma neutras, mas impactam nos indivíduos e o resultado muitas vezes é inesperado porque os agentes, sob influência das instituições, não respondem como as autoridades esperam. Em suma, as políticas têm sucesso ou fracassam não porque os indivíduos são racionais, mas

exatamente porque assumem comportamentos que viabilizam atingir ou não os objetivos esperados.

### 3. Os Antigos Institucionalistas: Veblen, Commons e Mitchell

O que hoje é mais conhecido como “velho” institucionalismo refere-se à concepção original de instituições que penetrou no campo de estudo econômico na década de 20, surgindo como uma forte contraposição à corrente teórica neoclássica. Seu principal expoente é Thorstein Veblen, juntamente com Commons e Mitchell.

O prefácio da “Teoria da Classe Ociosa” de Veblen trás o pensamento de Jacob Oser que sintetiza o que seria a essência do pensamento institucionalista. Para eles, a economia deveria ser analisada como uma totalidade e não somente como a soma das partes. Dessa forma se enfatizava a importância das instituições<sup>6</sup> na atividade econômica. Sua concepção

<sup>4</sup> Na forma de individualismo metodológico, todo o fenômeno social - sua estrutura e mudança - é explicado em termos dos indivíduos - suas propriedades, objetivos e crenças. No que tange a ciência econômica, o fenômeno é explicado por propriedades constitutivas individuais e relações entre elas, ou seja, encontrar a macroeconomia nos bons fundamentos microeconômicos (HODGSON, 1999).

<sup>5</sup> Sobre esse ponto específico convém destacar que o reduccionismo na ciência econômica foi e é significativamente influenciado pelo pensamento de Cartesiano, que preconiza a formalização matemática como representativa do comportamento humano e, nesses termos, se define como a verdadeira ciência.

teórica inspirava-se em Darwin e nas teorias evolucionistas, destacando que o fundamental era captar o movimento e a evolução das instituições econômicas ao invés de acreditar em uma tendência ao equilíbrio. Sua crença era na existência de mudanças cumulativas e desajustes na vida econômica. Longe de pensar em uma ordem harmônica que regula o funcionamento do mercado, acreditavam na existência de profundos choques de interesses na sociedade, cabendo ao Estado regular os conflitos com políticas que visassem o bem comum e o melhor funcionamento do sistema econômico. Estavam também preocupados com a distribuição de renda, acreditando na necessidade de intervenção Estatal para a adequada alocação de recursos e distribuição equânime dos mesmos.

A partir dessas idéias, em especial da forte contraposição à teoria convencional, que os antigos institucionalistas formularam seu conceito de instituições, apresentado a seguir.

### **Os antigos institucionalistas e o conceito de instituições**

Antes de propor um conceito específico de instituições, que irá oferecer subsídios para analisar o efeito das políticas macroeconômicas, comecemos com a concepção de instituições de Veblen. De acordo com o autor, instituições são definidas como “hábitos de pensamento comum à generalidade dos homens” (apud HODGSON, 1993). Esse conceito é utilizado por diversos autores quando procuram estudar a importância das instituições no campo da economia. Foi e é o conceito de instituições mais difundido entre interessados nos “velhos” institucionalistas, especialmente quando se deseja fazer análises em um enfoque evolucionário. Conforme já mencionado, o legado de Veblen desenvolveu-se fundamentalmente nas suas críticas bem fundamentadas ao pensamento neoclássico. Ao invés do homem econômico e da idéia de equilíbrio, o autor formulou concei-

tos que procuravam explicar como ocorre a mudança em termos de inovações e seu impacto no crescimento econômico (HODGSON, 1993).

Para Commons (1931, p. 1) instituição é uma ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual. Em Commons, assim como em Veblen, se observa que a área de estudo da economia institucional não pode estar separada das contribuições de diversos campos da ciência. O autor menciona especialmente o campo da psicologia comportamental, ou seja, não é possível compreender as ações dos indivíduos e a evolução das instituições sem compreender o que determina o comportamento dos homens em suas transações. Para ele a psicologia das transações requer que os indivíduos sejam tratados não de forma igual, mas com diferenças (com poder que induz a diferentes responsabilidades e sanções). Assim, a psicologia da negociação é a sociologia das transações que oferece incentivos e sanções de acordo com várias circunstâncias (escassez, eficiência, etc.). Portanto, os indivíduos agem de forma diferente, dependendo das circunstâncias em que se encontram.

Já a visão de instituições de Mitchell está mais direcionada a macroeconomia, demonstrando a importância de se analisar os fenômenos em termos agregados e como os mesmos se diferenciam quando observados sob esse ângulo (HODGSON, 1997). O fato é que Mitchell juntamente com Veblen e Commons centraram sua análise em uma forte contraposição a teoria ortodoxa, em especial à concepção de natureza humana. Para os neoclássicos, os

indivíduos são vistos em termos hedonísticos o que elimina o papel das instituições em sua análise. Um equívoco fortemente criticado por Veblen, pois as instituições influenciam significativamente o comportamento, seja impondo normas sociais que restringem sua conduta, seja agindo sobre os desejos dos agentes. Para Veblen (apud HODGSON, 1993), o indivíduo não pode ser considerado como dado. Não pode ser comparado a uma calculadora relâmpago que age de forma a maximizar seu bem estar. Não se trata de um indivíduo independente, racional, com preferências autônomas e opiniões formadas à parte de um mundo social e natural. Pelo contrário, a idéia é de que a conduta individual é influenciada por relações de uma natureza institucional, o que evidentemente trás repercussões sobre o desempenho econômico.

Enfim, cabem algumas considerações sobre as razões que levam as falhas dos pressupostos neoclássicos na formulação das políticas macroeconômicas. Para Hodgson (1997), o problema fundamental está nas falhas do reducionismo em lidar com a diversidade presente em nossa sociedade. Pelo fato dos indivíduos não serem homogêneos, quando analisados de forma agregada, os mesmos mostram comportamentos diferentes do que seria esperado do ponto de vista racional. Muitos tipos de interação entre os indivíduos são ignorados quando se adota o reducionismo como forma de análise. Para o autor, severas limitações são observadas quando tentamos assumir que os indivíduos possuem um padrão de comportamento: o racional.

<sup>6</sup> Por instituições entendiam qualquer padrão organizado de comportamento coletivo, construtivo do universo cultural. Não se tratam, portanto, apenas de instituições criadas com fins específicos (como escolas, prisões, bandos, etc), mas, todo um conjunto de usos e costumes, leis, códigos de conduta, modos de pensar e agir culturalmente sacramentados.

<sup>7</sup> Referindo-se especificamente a forma de transição da micro para macroeconomia.

<sup>8</sup> Entre eles está o equívoco de interpretar a oferta e demanda simplesmente agregando ou somando as partes



“ A principal implicação é que as hipóteses de racionalidade, e outras suposições feitas no nível micro, não dão qualquer orientação para uma análise dos fenômenos de nível macro. Ou seja, o pressuposto da racionalidade ou maximização utilitária não é suficiente para falar sobre regularidades sociais. ”

Segundo Hodgson (1997)<sup>7</sup>, a visão tradicional assume que os indivíduos possuem uma mesma função de utilidade. Nesse caso, inúmeros são os exemplos de interpretações macroeconômicas baseadas em microfundamentos que são criticadas pelo autor<sup>8</sup>. Esses equívocos estão presentes nas relações entre oferta de moeda e inflação, assim como entre salários e desemprego, nas quais se busca encontrar pontos de equilíbrio (idéia de equilíbrio geral). Mais ainda “only the more honest and careful neoclassical theorists have questioned such bold macroeconomic derivation from microeconomic assumptions” (HODGSON, 1997, p. 3)

A principal implicação é que as hipóteses de racionalidade, e outras suposições feitas no nível micro, não dão qualquer orientação para uma análise dos fenômenos de nível macro. Ou seja, o pressuposto da racionalidade ou maximização utilitária não é suficiente para falar sobre regularidades sociais. Esta é uma importante conclusão e traz

ao projeto da micro fundamentação (teoria do equilíbrio geral) a uma grande contestação. (RIZI, 1994, p. 363 apud HODGSON, 1997, p.3-4)

Claramente para Hodgson (1997), a teoria microeconômica está em crise porque não teve sucesso em explicar os fenômenos econômicos reais baseados em análises individuais. Ou seja, a medida reducionista, na visão do autor, falhou. Embora certo grau de reducionismo seja necessário, especialmente para o avanço da ciência, isso não quer dizer que o agregado se reduza à soma das partes e nada garante que essas partes tenham que ser homogêneas. A falha é clara para Hodgson (1997), que apresenta a citação de Popper e Eccles (apud Hodgson (1997, p. 6): “I do not think there are any examples of a successful reduction” para unidades elementares em ciência. Assim, o reducionismo é necessário, mas nunca é completo. É importante então lembrar que na visão organicista<sup>9</sup> em que os indivíduos não existem sem a sociedade e a influenciam constantemente. Um *feed back* se observa então, pois a sociedade também não existe sem os indivíduos, assim como os influencia. Resta, contudo, observar como o conceito de instituições pode ser útil para uma adequada transição da micro para macroeconomia. A seguir, procura-se evidenciar esse fato.

### **O conceito de instituições: uma tentativa de formulação a partir dos antigos institucionalistas**

Definir instituições de forma alguma pode ser considerada uma tarefa fácil. Exatamente em função dessa dificuldade e da divergência quanto à concepção de instituições, diversas correntes analíticas vêm surgindo na literatura econômica desde o nascimento do que hoje é conhecido como “Velho” institucio-

nalismo, que remete ao pensamento de Veblen, Commons e Mitchell.

Embora as diversas abordagens sejam extremamente importantes e enriqueçam o campo de estudo da economia institucional, a definição a seguir apresentada encontra-se mais alinhada ao pensamento dos antigos institucionalistas, embora busque, em alguma medida, inspiração nas demais correntes teóricas (seja da Nova Economia Institucional ou dos Institucionalistas Evolucionários).

Ressalte-se que o esforço realizado nesse item será de extrema relevância para explicação das falhas das políticas macroeconômicas, que perpassa pelo conceito de instituições e que não deve estar dissociado de alguns elementos, os quais são a seguir apresentados:

1º) Noção de indivíduo: O indivíduo exerce papel fundamental no campo de estudo das instituições. Não se trata, em momento algum, de concebê-lo como otimizador ou racional como acreditavam os neoclássicos (hedonismo metodológico), mas sim de observá-lo como um ser carregado como instintos que irão determinar hábitos de pensamento. Evidentemente, esse indivíduo não está isolado em seu ambiente social, mas em permanente relação com os demais e, são nessas relações, que surgem idéias conflitantes ou convergentes, que em síntese vão determinar um pensamento comum. O indivíduo é um agente ativo no processo de mudança.<sup>10</sup>

2º) Pensamento Comum: À semelhança do que é apresentado pelos antigos institucionalistas, especialmente Veblen (hábitos de pensamento) e Commons (ação coletiva), o pensamento comum (hábitos), resultado da interação entre os indivíduos, deve ser a essência de uma instituição. Nesse caso, considerado como “instituição por excelência”. É

<sup>9</sup> Em Winslow (1989 apud Hodgson, 1997), ontologia organicista significa precisamente que os indivíduos não são dados.

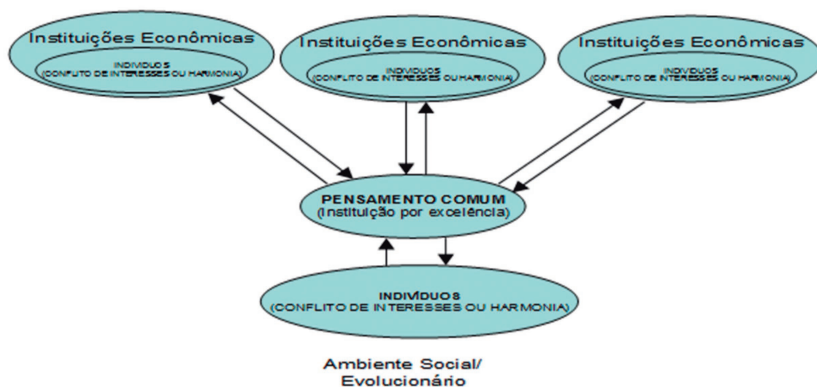
<sup>10</sup> Ver Rutherford (1998) e Hodgson (1992, 1993).

desse pensamento comum que surge um padrão de comportamento, que será determinante das crenças, dos valores, dos costumes e das normas presentes em uma sociedade. Assim como está presente na concepção dos antigos institucionalistas, o pensamento comum apresenta relevância significativa para “Nova Economia Institucional”, podendo ser relacionado (no entanto, é um fenômeno muito mais amplo) a classificação institucional proposta por Williamson (2000) em seu nível *embeddedness*.

3º) Evolução: a concepção de evolução é indispensável para uma apropriada definição e compreensão de instituição. O ambiente econômico está em constante mudança como um resultado da interação de indivíduos com indivíduos e destes com as instituições. Para adequada interpretação de evolução é necessária uma abordagem da mudança institucional sob um enfoque evolucionário ou pós-darwiniano, enfatizando-se que o processo de mudança não é finalístico (não há intensão, propósito ou planejamento), mas, mesmo assim, incorpora os indivíduos como atores, com crenças e propósitos que interagem no processo de transformação (RUTHERFORD, 1998).

Apresentada a importância desses três aspectos, uma instituição pode ser definida como um pensamento comum (que pode levar a um comportamento/ação ou inação), resultado da interação entre indivíduos que carregam instintos (hereditários ou adquiridos) e, em suas relações, de conflito ou harmonia, irão determinar, diante de um contexto evolucionário e interativo, as instituições presentes em nossa sociedade e que podem manifestar-se em diversos tipos (instituições econômicas, políticas, religiosas, etc.) e níveis (desde os mais difíceis de serem modificados aos de mais rápida transformação). A figura a seguir apresenta as inter-relações entre os elementos presentes na definição institucional.

Figura 2 – Uma síntese do Conceito de Instituição



À semelhança do que foi proposto por Veblen, uma instituição por excelência deve ser considerada como um pensamento comum, mas esse conceito fica precário se não considerarmos os demais aspectos. Ou seja, são os indivíduos, em suas relações, que determinam sua forma de pensar. Assim como influenciam o pensamento comum, se observa que os indivíduos são influenciados por ele, ou seja, existem *feed backs* nessa relação. O pensamento comum se dissemina na sociedade, apresentando-se na forma das mais diversas instituições presentes no ambiente social. Portanto, formam o que conhecemos como instituições, que podem apresentar-se em tipos diferenciados - econômicas (moeda, etc.), Políticas (Estado, etc.) e Religiosas (Igreja, etc.) - e em vários níveis (desde as instituições mais difíceis de serem modificadas até as de mais rápida transformação). Nesse contexto institucional deve estar implícita a idéia de evolução, pois o ambiente está em constante mutação em função do inter-relacionamento entre indivíduos, instituições e ambiente social. Além disso, reconhecendo a necessidade de uma concepção holística/sistêmica (como em Capra, 2001 e Morin, 2003) no campo de estudo institucional, observa-se que o indivíduo permanece como centro

principal de qualquer instituição, influenciando sua transformação e, por isso, aparece novamente no eixo das diversas instituições apresentadas na figura anterior (econômicas, políticas, religiosas, etc.).

#### 4. Keynes e os Pós-Keynesianos: Aspectos Relevantes para Compreensão das Falhas das Políticas Macroeconômicas

A “Revolução Keynesiana” é assim chamada porque rompe definitivamente com o pensamento teórico dominante. Num contexto de Depressão, Keynes estava preocupado em explicar o funcionamento de uma economia monetária de produção, com características que invalidam o pensamento teórico baseado nos microfundamentos. Na Teoria Geral, Keynes analisa as crises sob um enfoque de insuficiência de demanda efetiva. Ao fazer isso, desenvolve uma série de conceitos que norteiam a política macroeconômica do período. Suas idéias continuam sendo fortemente debatidas, especialmente por autores Pós-Keynesianos, que procuram resgatar o pensamento do autor em sua essência<sup>11</sup>. Servem para balizar o pensamento Keynesiano em um comparativo com os Institucionalistas, os seguintes aspectos:

<sup>11</sup> Tal afirmação procura diferenciar os autores Pós-Keynesianos do que ficou conhecido como “novo consenso macroeconômico”, desenvolvido a partir dos anos 70, com o objetivo de transformar Keynes em um autor ortodoxo (SNOWDON; VANE, 2005)

1º) Incerteza: sem preocupações com o exagero da afirmação, podemos dizer que a incerteza é um dos pontos centrais da teoria Keynesiana e tem sido fator de reflexão entre os autores Pós-Keynesianos<sup>12</sup>. Quando Keynes fala de uma economia monetária da produção – evidentemente o caso de uma economia capitalista – demonstra que a moeda assume como característica fundamental a não neutralidade<sup>13</sup>. Essa é a prova fundamental de que existe incerteza quanto ao futuro<sup>14</sup>. Nesse ambiente é natural que os agentes econômicos retenham moeda, seja para os motivos transação, precaução ou, fundamentalmente, especulação. Em outras palavras, a moeda é uma segurança contra incerteza porque é liquidez por excelência. Como é comumente apresentado em obras que trabalham o pensamento do autor, um ambiente de incerteza leva ao aumento da preferência pela liquidez, que influencia no nível de atividade econômica.

2º) Expectativas: se futuro é incerto e a moeda é um ativo de proteção contra os eventos inesperados que possam vir a ocorrer, o desempenho das políticas macroeconômicas vai depender do grau em que afetam essas expectativas dos agentes. Ferrari Filho e Conceição (2001) mencionam que para os Pós-Keynesianos, não são as análises estatísticas ou as crenças que se acumulam com o passar do tempo que determinam a formação de expectativas. Pelo contrário, no mundo real as decisões são tomadas em um ambiente de extrema incerteza. Os autores citam Davidson (1994), que classifica as expectativas como sendo geradas por processos ergóticos e não-ergóticos. Nesse último (o mundo capitalista real), o processo de tomada de decisão se move ao longo do tempo e a incerteza não é mensurável. Já num mundo ergótico, a incerteza é mensurável pelas leis de probabilidades na medida em que é transformada em risco.

3º) A noção de indivíduo: feitas as considerações sobre incerteza e

expectativas é evidente que para os Pós-Keynesianos a noção de indivíduo passa longe do individualismo metodológico proposto pelos neoclássicos. Em suma, em Keynes, a simples existência desses dois fatores já implicam que os indivíduos não são racionais ou maximizadores. Outra prova dessa afirmação é a existência do “efeito manada” em Keynes. Em outras palavras, isso significa que os indivíduos podem tomar suas decisões simplesmente comportando-se à semelhança dos demais agentes. Essa é uma prova definitiva de que os comportamentos individuais não podem ser explicados pela racionalidade substantiva dos neoclássicos.

Como será demonstrado a seguir, a concepção de indivíduo, com suas expectativas e incertezas, será fator determinante quando analisamos os efeitos das políticas macroeconômicas. Da mesma forma, esses conceitos aproximam os antigos institucionalistas de autores Pós-Keynesianos e ambas as correntes vão ajudar na explicação da ineficiência de algumas políticas, assim como no sucesso de outras.

## 5. Keynes, os Institucionalistas e a Ineficiência das Políticas Macroeconômicas

Keynes e os institucionalistas apresentam mais similaridades de pensamento do que se pode imaginar a primeira vista. Quando mencionamos os antigos institucionalistas, o primeiro autor que temos em mente é Veblen. Não é por acaso, pois dentro dessa corrente teórica o autor fez inú-

meras contribuições muito úteis para explicação de diversos problemas atuais. Contudo, Commons e Mitchell merecem igual atenção porque suas idéias não estão apenas relacionadas ao pensamento Vebleniano, mas mostram grandes similaridades com Keynes, sendo úteis para atingir o objetivo proposto no trabalho.

### Uma comparação entre institucionalistas e Pós-Keynesianos

Começamos por observar a semelhança entre Keynes e Commons. Quando esse último autor definiu instituições como “uma ação coletiva que controla, libera e amplia a ação individual” (COMMONS, 1931, p. 01), temos a nítida noção de que instituições não apenas são importantes, mas guiam as ações dos indivíduos na sociedade. Sem exagerar, mas supondo-se uma interpretação adequada do pensamento do autor, se pode afirmar que o efeito de uma decisão, seja em termos judiciais ou em termos de políticas macroeconômicas, é interpretada pelos indivíduos de acordo com suas crenças previamente estabelecidas. Quando Commons (1931) menciona que uma ação coletiva não somente controla e libera, mas também amplia a vontade do indivíduo quer dizer que em determinadas circunstâncias os indivíduos se tornam mais poderosos devido às instituições do que seriam sem elas<sup>15</sup>. Nesse caso, o autor menciona que muitas vezes a vontade coletiva pode se tornar muito superior à ação coletiva do interesse político, ou seja, o próprio Estado. Fica claro, portan-

<sup>12</sup> Ver Ferrari Filho (1991), Oreiro (2008), Conceição e Ferrai (2001), para citar apenas alguns.

<sup>13</sup> No capítulo 17 da Teoria Geral é possível observar que a moeda é um ativo especial que se diferencia dos demais devido a suas propriedades específicas que são: elasticidade de produção zero (não é produzida por trabalho humano) e elasticidade de substituição zero (outros ativos não podem ser utilizados como moeda porque nenhum outro exerce a função de unidade de conta, meio de troca e reserva de valor). Ver (KEYNES, 1964).

<sup>14</sup> Para os Pós-Keynesianos, moeda é o fator que liga o passado, o presente e o futuro.

<sup>15</sup> O exemplo apresentado em Commons (1931) é o de um chefe de uma grande corporação dá ordens que são obedecidas pelas filiais em todos os locais da terra.

to, que a vontade dos indivíduos, que emerge como uma instituição, possui características específicas, formas de pensar próprias, que podem definir o sucesso de uma política.

Tanto em Commons (1931) como em Keynes (1964), a dúvida de como será interpretada uma política macroeconômica está presente. Em outras palavras toda tentativa de definição de Commons<sup>16</sup> quanto ao verdadeiro significado de instituições mostra claramente que não se pode pensar economia em termos de agentes individualizados, mas em termos de relações de “homens com homens”. É dessa relação que surge a produção de mercadorias. A economia institucional é, portanto, mais importante nas decisões de produção de mercadorias do que o individualismo metodológico.

Dessa forma, em Commons (1931) as instituições são determinantes nas decisões de emprego. Para ele, a economia institucional é comportamental e, é nesse contexto, que se deve analisar o comportamento dos indivíduos diante de escolhas (as quais podem ser atos de produção)<sup>17</sup>. Mais ainda, em Commons, para que a economia institucional seja volitiva, ou seja, dependente da vontade, é necessário, para sua compreensão, uma psicologia institucional. Isso significa que para compreender as decisões de produção dos agentes é necessária uma psicologia das transações ou uma psicologia dos negócios<sup>18</sup>. Uma importante similaridade com Keynes, que se ocupou exatamente dos determinantes dessa da decisão de investimento.

Atkinson e Oleson Jr. (1998) avançam nas similaridades entre os dois autores e mostram que apesar das diferenças de realidade social em que viveram, ambos apresentaram interesse em aplicar suas pesquisas em aspectos práticos do cotidiano. No comparativo, fica claro que em Commons e Keynes tem presente a questão institucional. Tanto é verdade que os dois autores procuraram desenvolver instituições capazes de

salvar o capitalismo<sup>19</sup>. Os autores ainda estavam alinhados no pensamento crítico quanto aos modelos determinísticos presentes na teoria neoclássica e preocupados em incorporar o dinheiro, e outras instituições presentes no capitalismo, numa análise mais apurada dos problemas existentes no sistema.

Se os parágrafos anteriores não explicitam a relação entre os autores, vejamos uma passagem de Commons (1931, p. 07) quando se questiona: o que acontece com o pensamento clássico e hedonista com respeito ao funcionamento da economia?

They are merely transferred to the future. They become expectations of the immediate or remote future, secured by the collective action, or “institution,” of property and liberty, and available only after the conclusion of a transaction. Transactions are the means, under operation of law and custom, of acquiring and alienating legal control of commodities, or legal control of the labor and management that will produce and deliver or exchange the commodities and services, forward to the ultimate consumers.

Mais ainda:

Institutional economics is not divorced from the classical and psychological schools of economists -- it transfers their theories to the future when goods will be produced or consumed or exchanged as an outcome of present transactions (COMMONS, 1931, p. 7).

Nas passagens anteriores fica evidente outra semelhança, e talvez

a mais importante, entre Keynes e Commons: a noção de incerteza e o papel que exercem as expectativas dos indivíduos quando interpretam, à sua forma, os eventos presentes para tomada de decisões, sejam de produção ou consumo. Quando menciona que as transações, em seus diferentes níveis, são variáveis e interdependentes em um mundo de ação coletiva e mudanças perpétuas, “which is the uncertain future world of institutional economics” (COMMONS, 1931, p. 9) mais uma vez a semelhança com o pensamento Keynesiano fica evidente.

Esse ponto também foi enfatizado por Atkinson e Oleson Jr. (1998) ao mencionarem que os estudos de Commons e Keynes consideram que as mudanças em uma estrutura produtiva (estrutura industrial) demandam novos aparatos institucionais. Em ambos os autores a idéia de que é necessário limitar o individualismo do *laissez-faire* é verificada. Mais que isso, é possível constatar que ambos buscam uma teoria da ação coletiva capaz de reduzir a incerteza.

Em Veblen os paralelos também são evidentes. Segundo Rutherford (1998) o autor procurou desenvolver o enfoque evolucionário em ciência econômica. Mais do que qualquer um dos antigos institucionalistas, criticou os autores neoclássicos, tanto que em 1898, Veblen publicou o artigo “Why is Economics Not an Evolutionary Science?”. Ao criticar o individualismo metodológico Veblen propõe uma formulação teórica do processo de vida econômica que substitua a

<sup>16</sup> Enquanto a Escola hedonista se preocupa com os comportamentos de trocas de forma individualista (Oferta X Demanda = equilíbrio), a escola institucionalista procura analisar as transações e regras de funcionamento da ação coletiva, a relação dos homens com homens e as transações, com seus participantes.

<sup>17</sup> Essas escolhas são voluntárias ou involuntárias, impostas individualmente ou por princípios de ação coletiva.

<sup>18</sup> De acordo com essa interpretação, cada participante influencia no desempenho (ação), na evasão e abstenção de todos os agentes. Ou seja, modifica o comportamento dos outros em maior ou menor grau.

<sup>19</sup> Em Commons, assim como a tecnologia industrial criou a era da abundância material, também criou a necessidade de estabilização. Já em Keynes se torna praticamente desnecessário retomar a discussão sobre as necessidades de regulação do capitalismo, especialmente para evitar suas crises.



“Desse pensamento, Mitchell e seus colegas do US National Bureau for Economic Research, em 1920 e 30, mostraram o papel fundamental de se desenvolver um sistema de contas nacionais, sugerindo que, no agregado, os fenômenos macroeconômicos assumem características específicas.”

teoria neoclássica. Uma proposta em que o agente econômico assume um papel ativo e que se modifica ao longo do processo. Os indivíduos exercem atividades individuais guiados por seu temperamento, onde se destacam a hereditariedade, a experiência passada e as tradições.

Veblen reconheceu o fato de que os indivíduos interagem com o ambiente e, nesse caso, acabam por modificá-lo, assim como são modificados por ele<sup>20</sup>. Resta questionar: o que existe de comum em Keynes e Veblen? Se se considera o próprio conceito de instituições no desenvolvimento econômico, já se pode afirmar que os autores apresentam grandes semelhanças. No entanto, para ser mais objetivo, quando Veblen considera o processo evolutivo como não intencional ou não planejado, não está negando que os indivíduos são atores decisivos, mas reivindica que a evolução institucional ou cultural deve ser considerada como o resultado involuntário de processos causais. É nesse contexto que não se

pode prever com exatidão o resultado de uma política macroeconômica. Embora essa mudança possa ser induzida, seu resultado nem sempre é o esperado. Em Keynes esta idéia esta presente nos conceitos de expectativas e incerteza quanto ao futuro.

Mais uma vez, cabe destacar que não se trata de negar que os indivíduos são ativos no processo de mudança econômica, mas de considerá-los como agentes que embora ativos não tem controle sobre o processo evolutivo. Nesse contexto, para Veblen, o processo de mudança institucional ocorre em um contexto evolucionário. Esse processo de mudança é um processo que ocorre por seleção e adaptação (RUTHERFORD, 1998). Assim sendo, uma política macroeconômica só pode surtir resultado se passar por esse “filtro”, que tem os indivíduos como eixo fundamental.

O impacto de uma política sobre os indivíduos e as instituições pode ser inesperado em boa parte das vezes. O processo de mudança não pode ser efetivado por uma simples decisão governamental. Trata-se de um processo cumulativo que terá resultado se o ambiente estiver apto para mudança. Mais uma vez, vale lembrar Hodgson (1992) que descreve o processo de mudança institucional como um processo cumulativo de mudança, que se auto-reforça e, como unidade de seleção em um ambiente em evolução, está sujeito à mutação e seleção.

Se passarmos para Mitchell observamos que, assim como os demais institucionalistas, o autor apresenta suas críticas ao individualismo metodológico. Além dessa semelhança com Keynes, Mitchell demonstrou a necessidade de se pensar economia em termos agregados. Para ele não se trata de iniciar a análise pelo

indivíduo, mas por observações estatísticas que demonstrem “fenômenos em massa”. Mais do que isso, para Mitchell foi exatamente o excesso de análises reducionistas que criaram espaço para a revolução Keynesiana.<sup>21</sup>

Desse pensamento, Mitchell e seus colegas do US National Bureau for Economic Research, em 1920 e 30, mostraram o papel fundamental de se desenvolver um sistema de contas nacionais, sugerindo que, no agregado, os fenômenos macroeconômicos assumem características específicas. O desenvolvimento de um sistema de contas nacionais nos trabalhos de Mitchell e seus colegas ajudaram a estabelecer a moderna macroeconomia, influenciando e inspirando a macroeconomia de Keynes.<sup>22</sup>

Algumas considerações finais sobre o que foi exposto merecem destaque nesse parágrafo final. Em especial, cabe reiterar que para os antigos institucionalistas, uma adequada transição da micro para macroeconomia não pode ser feita sem ter-se em mente o conceito de instituições. Mais do que o conceito, é preciso conseguir pensar como um institucionalista e reconhecer que em nível agregado, os fenômenos macroeconômicos apresentam características distintas e não podem ser interpretados em âmbito micro, especialmente utilizando-se dos seus pressupostos. Nesse contexto é que muitas políticas macroeconômicas acabam se tornando ineficientes, pois seus formuladores acabam por esquecer-se de que os indivíduos não estão “livres no espaço”, mas estão ligados a algumas instituições. A questão de que o nível agregado assume especificidades próprias pode ser expresso pelo conceito de propriedades emergentes e *downward causation*, a seguir discutidos.

<sup>20</sup> Esse fato explica a evolução dos modos de produção. Inclusive o surgimento do modo de produção capitalista pode ser interpretado de acordo com tal concepção.

<sup>21</sup> Ver Hodgson (1997).

<sup>22</sup> Ver Mirowski (apud HODGSON, 1997).

“

*O primeiro trata da relação que se estabelece entre os indivíduos e as instituições, enquanto o segundo trás a idéia de que no nível agregado, ou macroeconômico, os fenômenos individuais (nível micro) assumem características inteiramente novas ou diferenciadas.*

”

#### O conceito de propriedades emergentes e “downward causation” nos institucionalistas

Os conceitos de *reconstitutive downward causation* e *propriedades emergentes*, recorrentes no pensamento institucionalista, nos fornecem um excelente referencial na explicação das falhas das políticas macroeconômicas. O primeiro trata da relação que se estabelece entre os indivíduos e as instituições, enquanto o segundo trás a idéia de que no nível agregado, ou macroeconômico, os fenômenos individuais (nível micro) assumem características inteiramente novas ou diferenciadas.

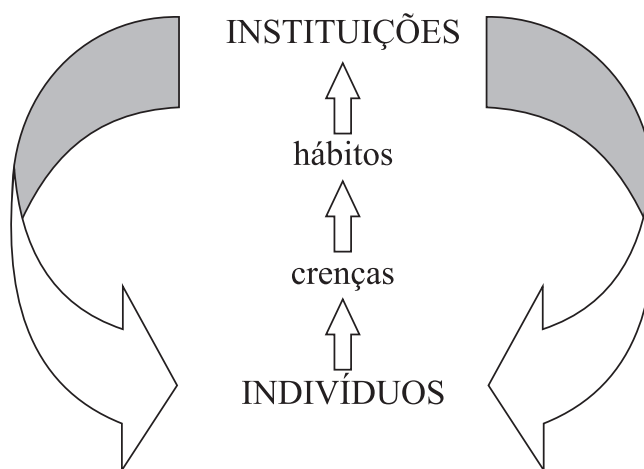
Para entender-se o conceito de “*reconstitutive downward causation*” primeiramente cabe conceituar a idéia de “*upward causation*”. Segundo Hodgson (2002)<sup>23</sup>, o conceito de “*upward causation*” já é amplamente aceito nas ciências sociais e naturais, porque elementos de um nível inferior exercem forte influência sobre os elementos de nível superior. A idéia de causação ascendente pode ainda ser reconstitutiva, ou seja,

elementos do nível inferior podem alterar profundamente uma estrutura de nível superior. É como dizer, nos próprios exemplos citados pelo autor, que as epidemias de gripe podem reduzir a produtividade econômica e o voto individual pode mudar os governos. Dessa forma, temos casos em que o nível individual exerce forte influência sobre o superior ou coletivo, muitas vezes transformando-o completamente (HODGSON, 2002).

O processo de *downward causation*, por sua vez, é de mais difícil reconhecimento, especialmente quando se trata de autores reducionistas. Por parte desses autores, essa aceitação implicaria reconhecer a idéia de que as partes são indeterminadas, o que torna difícil a explicação do todo a partir de individualidades estáticas. Apesar de pouco difundido e aceito no meio acadêmico, Hodgson (2002) afirma veementemente que o processo de *downward causation* está presente em praticamente todas as sociedades. Segundo o autor, esse termo teve origem no trabalho do psicólogo Roger Sperry e tem sido discutido por Karl Popper e John Eccles, entre outros. A idéia é que existe um forte sentido de causal dos níveis mais elevados para os níveis individuais, ou seja, na própria idéia de Veblen as instituições influenciam os indivíduos, mas, da mesma forma, os indivíduos exercem forte influência sobre as instituições.

O conceito de “*reconstitutive downward causation*” pode ser mais bem compreendido a partir da figura apresentada em Conceição (2009). Nesse ponto de vista, podemos observar que os indivíduos formam suas crenças que se configuram em hábitos. Com forte caráter Vebleninano de análise, a figura demonstra que os hábitos determinam as instituições e estas, por sua vez, influenciam os indivíduos. Temos, assim, a ilustração de como ocorre o processo de causação descendente.

Figura 3 - Reconstitutive Downward Causation



<sup>23</sup> A referência diz respeito ao texto de Hodgson intitulado “The Hidden Persuaders: Institutions and Individuals in Economic Theory”. Nele o autor analisa livro clássico “The Hidden Persuaders”, de Vance Packard, que alega terem as grandes corporações poder de manipular os consumidores com técnicas de publicidade. Da mesma forma, avalia a contra-argumentação teórica de Gary Becker e George Stigler que alegam ser a publicidade essencialmente informativa e não manipuladora. Criticando as duas visões, Hodgson (2002) argumenta que ambos os relatos são simplistas e não se utilizam do conceito de instituições e de como as mesmas podem influenciar os indivíduos. Propõe, então, o conceito de “reconstitutive downward causation”, em que as instituições agem sobre os hábitos e disposições dos indivíduos.

Apesar da idéia de Conceição (2002) ser aplicar o conceito de “*re-constitutive downward causation*” para explicar o crescimento econômico, a análise auxilia no entendimento de diversos fenômenos que se manifestam em nível macroeconômico. Cabe ainda destacar que o conceito está estritamente ligado à idéia de propriedades emergentes. De acordo com Hodgson (1997), o conceito de propriedade emergente esteve historicamente estabelecido na biologia, foi muito utilizado nas demais ciências, mas pouco evoluiu na economia. Uma propriedade emergente é definida como algo característico de um sistema complexo que pode ser descrito em termos macro ou agregando níveis de conceitos, sem referência aos atributos específicos do nível micro. A propriedade emergente persiste por períodos de tempo mais significativos do que aqueles necessários para descrever as micro-interações. Mas, mais importante, não são totalmente explicáveis em termos das micro-propriedades dos elementos componentes do sistema e suas relações (HODGSON, 1997, p. 8).

Conceição (2009, p. 7) cita que Hodgson (2007), utilizando-se da ontologia evolucionária derivada de Veblen, afirma que o conceito de *reconstitutive downward causation* é fundamental para explicar o crescimento econômico. Nesse sentido, o fenômeno “seria uma propriedade emergente do ambiente micro, centrado nos hábitos, crenças e expectativas de retorno, que se materializaria no plano macro, do agregado que conformaria o paradigma tecnológico vigente”. Mais uma vez, cabe destacar que o fenômeno de desenvolvimento econômico pode ser considerado como uma propriedade emergente, que se materializa no nível macro a partir do nível micro. Da mesma forma, utilizando-se de visão semelhante, podemos analisar o efeito das políticas macroeconômicas no desempenho econômico. Essa análise é apresentada a seguir.

## 6. As Relações: Políticas Macroeconômicas, Instituições e Desempenho Econômico

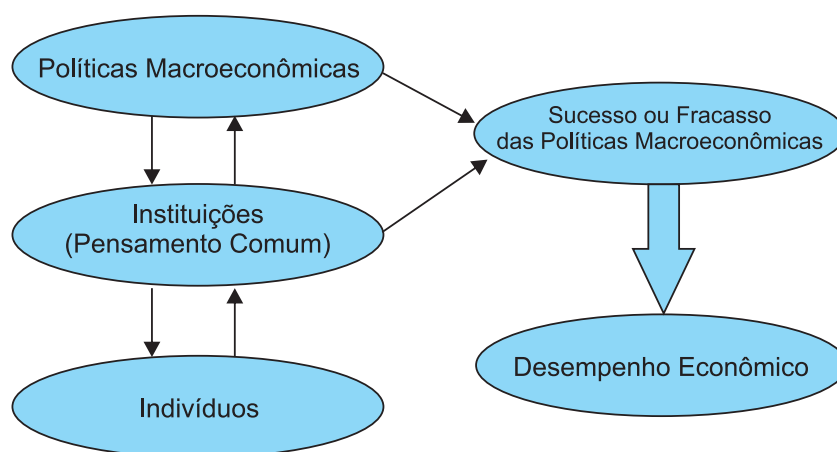
Conforme destacado no início desse artigo, as políticas macroeconômicas são formuladas essencialmente com o objetivo de melhorar o desempenho econômico das nações. No entanto, muitas vezes não atinge o objetivo esperado, fato que muitas vezes pode se refletir em um desempenho econômico pior que o inicial. Embora não se possa prever exatamente o resultado das políticas formuladas e seu alinhamento com os objetivos previamente especificados<sup>24</sup>, entende-se que seu sucesso ou fracasso podem ser mais bem compreendidos quando se tem em mente o conceito de instituições. Para ser mais específico, o resultado das políticas macroeconômicas pode ser mais bem interpretado quando feita uma adequada transição da micro para macroeconomia, pela via institucionalista.

Se tomarmos como base o conceito de instituições formulado por

Veblen, em que as instituições são hábitos de pensamento ou mesmo o de Commons (1931) que a descreve como uma ação coletiva, observamos que o conceito de instituições nos oferece a base teórica para uma adequada transição da micro para macroeconomia, ou seja, dos indivíduos para as instituições e delas para o desempenho econômico. A partir dos indivíduos é que se forma o conceito de instituições e o sucesso ou equívoco das políticas está diretamente vinculado a elas.

As instituições formam-se a partir dos indivíduos que exercem influência uns sobre os outros, chegando a um hábito de pensamento comum. O desempenho de uma política macroeconômica vai depender dessa interação. Não se trata, mais uma vez, de supor que os indivíduos assumem padrões descritíveis de comportamento, mais especificamente o comportamento racional. A Figura 4 apresenta um esboço da interação entre as políticas macroeconômicas, instituições e desempenho.

**Figura 4 - Relações entre Políticas Macroeconômicas, Instituições (indivíduos) e Desempenho Econômico.**



<sup>24</sup> Cabe utilizar nesse ponto a concepção dos institucionalistas evolucionários ao afirmarem que a complexidade do ambiente evolutivo determina que o processo não seja finalístico. Ou seja, não é possível prever com exatidão o resultado de ações, que podem resultar inclusive em piores condições econômicas.

“

*a mesma forma que as instituições influenciam no comportamento dos indivíduos, são determinadas por eles e, desconsiderar esse fato, quando da formulação de uma política irá, sem dúvida, trazer sérios problemas.*

”

Adotando-se o conceito de instituições presente nos antigos institucionalistas, observamos que as políticas macroeconômicas influenciam as instituições, que por sua vez afetam o comportamento dos indivíduos. Da mesma forma, as inter-relações mostram que os indivíduos são os responsáveis pela formação das instituições. Se os formuladores de políticas macroeconômicas não levarem em consideração essa inter-relação não serão capazes de compreender os mecanismos que levam ao sucesso ou fracasso dessas políticas.

Isso significa dizer que o êxito das políticas vai depender de como os indivíduos as interpretam. Essa interpretação vai sofrer forte influência das crenças já formadas e das que irão se formar. Dessa forma, o sucesso e o desempenho macroeconômico é um resultado das instituições e das políticas que, conjuntamente, irão determinar o desempenho econômico. Em um enfoque evolucionário, pode-se dizer que esse desempenho pode ser bom ou ruim, mas configura-se numa situação diferente da anterior: uma evolução do sistema.

### Considerações Finais

O objetivo desse artigo foi demonstrar que o êxito das políticas macroeconômicas depende fundamentalmente das instituições que, por excelência, são formadas por indivíduos. Na introdução do trabalho foram propostas algumas questões, cujas respostas atenderiam suficientemente o objetivo proposto.

Diante do que foi exposto anteriormente, estamos agora em condições de responder esses questionamentos.

**Primeiro:** as políticas macroeconômicas falham porque seus formuladores não consideram o conceito de instituições e como as mesmas podem influenciar no comportamento dos indivíduos que, na maioria dos casos, não seguem o que pregam os pressupostos tradicionais (racionalidade, maximização, etc.). Da mesma forma que as instituições influenciam no comportamento dos indivíduos, são determinadas por eles e, desconsiderar esse fato, quando da formulação de uma política irá, sem dúvida, trazer sérios problemas. Como afirmou Hodgson (1997), o problema está na transição equivocada da micro para a macroeconomia, tratando-se essa última como uma simples soma da primeira. **Segundo:** o problema da falha das políticas macroeconômicas não está nos indivíduos, mas nos formuladores de políticas macroeconômicas que interpretam de forma equivocada a realidade. Mais do que isso, esquecem-se de que as políticas vão influenciar nas instituições e a eficiência das mesmas vai depender do ciclo: políticas macroeconômicas - instituições - indivíduos e dos *feed-backs* existentes. **Terceiro:** já se tornou óbvio que uma adequada interpretação dos efeitos de uma política macroeconômica no desempenho de uma nação não pode prescindir de uma análise institucionalista, especialmente sob o enfoque de Commons, Veblen e Mitchell. Essa avaliação irá explicar porque os resultados de uma estratégia muitas vezes se desviam do que foi inicialmente previsto.

**Quarto:** os antigos institucionalistas apresentam muitas semelhanças com o pensamento Keynesiano, tanto que se unirmos as idéias de Veblen, Commons e Mitchell com as de Keynes teremos excelentes explicações para o desempenho econômico e o comportamento dos indivíduos que, grande parte das vezes, foge ao esperado.

Por fim, mais uma vez, cabe lembrar que o trabalho não procurou ignorar a necessidade de políticas macroeconômicas, mas demonstrar que muitos equívocos em termos de política podem ser mais bem compreendidos quando se reconhece que as instituições irão influenciar, se não determinar, a sua eficácia. Com isso, demonstra-se que os antigos institucionalistas estão muito à frente da ortodoxia convencional. Essa última corrente acredita que os indivíduos estão “livres” de influências institucionais e que irão se comportar de forma previsível. No caso mais extremo, as políticas não surtiriam efeitos sobre o nível de atividade econômica porque os agentes são capazes de antecipar as decisões das autoridades. No entanto, como se procurou demonstrar, as políticas, de uma forma ou outra, afetam o desempenho econômico, mas, o resultado final vai depender da relação que se estabelece entre as instituições e os indivíduos.

### Referências

- ATKINSON, G. & OLESON JR, T. Commons & Keynes: Their Assault on Laissez Faire. *Journal of Economic Issues*. v. 32, n. 4, dec. p. 1019 – 1030, 1998.
- CAPRA, F. **O ponto de mutação**. Editora Cultrix. 22. ed., 2001.
- CONCEIÇÃO, O. A. C. **Instituições e Crescimento Econômico**: da “tecnologia social” de nelson à “causalidade vebleniana” de Hodgson. Anpec, 2009. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br>>. Acesso em: 10 fev. 2010.



COMMONS, J. R. Institutional Economics. *American Economic Review.*, v. 21, p=p.648 -657, 1931.

DAVIDSON, P. **Post Keynesian Macroeconomic Theory.** Aldershot: Edward Elgar, 1994.

EICHENGREEN, B. **Globalizing Capital:** a history of the international monetary system. Princeton: Princeton University Press, 1996.

FERRARI FILHO, F.; CONCEIÇÃO, O. A. C. **A Noção De Incerteza Nos Pós-Keynesianos E Institucionalistas: Uma Conciliação Possível?.** Anpec, 2001. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200101324.pdf>>. Acesso em 19 jun. 2009.

FERRARI FILHO, F. **Os "Keynesianos" Neoclássicos e os Pós- Keynesianos.** Ensaios FEE, Porto Alegre. 1991.

HODGSON. G. M. Thorstein Veblen and post-Darwinian economics. *Cambridge Journal of Economics*, v. 6, n.3, p. 285-351, 1992.

\_\_\_\_\_. **Institucional econômicos:** surveying the "old" and the "new". *Metroeconômica*, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

\_\_\_\_\_. Post Keynesianism and Institutionalism: Another Look at the Link. In: SETTERFIELD, Mark (Ed.). **Growth, Employment and Inflation:** Essays in Honour of John Cornwall. London: Macmillan, 1999.

\_\_\_\_\_. HODGSON, G. From micro to macro: the concept of emergence and the role of institutions. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: uma perspectiva comparativa sobre a reforma do Estado, 1997, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRRJ, 1997.

\_\_\_\_\_. The Hidden Persuaders: Institutions and Individuals in Economic Theory. *Cambridge Journal of Economics*. v. 27, n. 2, p. 159-75. March, 2002.

KEYNES, J.M. **The General Theory of Employment, Interest and Money.** New York: Harcourt Brace, 1964.

MORIN Edgar, **A Cabeça Bem-Feita:** repensar a reforma, reformar o pensamento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

NORTH, D. C. **Understanding the Process of Economic Change.** Celebrating

100 Years of Excellence Princeton University Press 1905-2005. Disponível em: <[www.princeton.edu/titles/7943.html](http://www.princeton.edu/titles/7943.html)>. Acesso em: 10 abr. 2009.

OREIRO, J. L. **Economia Pós-Keynesiana:** Origem, Programa de Pesquisa, Questões Resolvidas e Desenvolvimentos Futuros. Anpec, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 9. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

RUTHERFORD, M. Veblen's Evolutionary Programme: a promise unfulfilled. *Cambridge Journal of Economics*, v. 22, p. 463-477, 1998

SNOWDON, B.; VANE, H. R. **Modern Macroeconomics:** its origins, development and current state. Cheltenham, UK: Edward Elgar, 2005.

VEBLEN, T. B. **A teoria da classe ociosa:** um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

WILLIAMSON, Oliver E. (1985). The new institucional econômicos: taking stock, looking ahead. *Journal of economic literature*. v. 38, p. 595-613, sept. 2000.



**UNIFACS**  
UNIVERSIDADE SALVADOR

LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES<sup>®</sup>

**Novo Call Center**

**71 3021-2800**